

# O eu do historiador

## The historian's self

---

### Sabina Loriga

sabina.loriga@gmail.com

Pesquisadora

École des Hautes Études en Sciences Sociales

Bureau, 540 - 190-198 - avenue de France

75244 - Paris - cedex 13

França

---

## Resumo

Há muito tempo, a questão da subjetividade do pesquisador assombra os historiadores. Qual é a distância certa em relação ao passado? É possível afastar-se do presente para entrar no passado em sua alteridade ou nós ainda estamos tentando projetar sobre o passado nossas próprias fantasias, interesses, preconceitos? É possível superar a alternativa entre objetivismo puro e subjetivismo radical? Depois de uma reconstrução dessas questões, o meu propósito é explorar as possibilidades de superar a alternativa entre objetivismo puro e subjetivismo radical.

## Palavras-chave

Historiador; Campo historiográfico; Escrita da história.

247

## Abstract

It has been a long time since the issue of the subjectivity of the researcher has been haunting historians. What is the right distance from the past? Is it possible to depart from the present to get into the past in its otherness, or are we still projecting into the past our own fantasies, interests and prejudices? Is it possible to overcome the alternative between pure objectivism and radical subjectivism? After a reconstruction of these questions, my purpose is to explore the possibilities to overcome the alternative between pure objectivism and radical subjectivism.

## Keywords

Historian; Historiography field; History writing.

---

Recebido em: 14/5/2012

Aprovado em: 1/6/2012

Há muito tempo, a questão do eu do historiador persegue os historiadores. Por um lado, ela está ligada ao problema do *pathos*. Qual é a distância correta em relação ao passado? O historiador deve cultivar uma atitude fria ou, ao contrário, deve procurar identificar-se ao passado? Afora isso, essa questão remete ao problema da relação entre a história e o presente. É possível separar-nos do presente para apreendermos o passado, na sua alteridade, ou estamos sempre projetando sobre o passado os nossos próprios fantasmas, interesses e preconceitos? Podemos pensar da mesma forma em que no passado? Tornar-nos contemporâneos dele?<sup>1</sup> Parece-me que podemos distinguir, pelo menos, quatro maneiras de abordar tais questões.

## I.

A primeira visa à ressurreição do passado. Nos anos 1830, o historiador inglês Thomas Carlyle escreveu que a história engloba em seu seio artistas e artesãos, "os videntes", em condições de perceber o mistério do passado, e os "simples curiosos", especuladores da causa e do efeito, que leem

o livro inescrutável da natureza como se fosse um grande livro de contos: homens que trabalham, mecanicamente, em um setor, sem olhos para o conjunto, não sentindo que haja um conjunto; e homens que iluminam e enobrecem o mais humilde domínio de uma ideia de conjunto, e sabem, habitualmente, que é apenas no conjunto que a parte pode ser, verdadeiramente, discernida (CARLYLE 1907, p. 309).

248

Essa capacidade de vidência é fundada sobre a compaixão: "um coração que ama é o início de todo o Conhecimento" (CARLYLE 1909, p. 160). Para Carlyle, o historiador-artista tem um coração sensível: sente mil vezes mais intensamente do que qualquer um. Em Paris, Jules Michelet compartilha da mesma opinião. No seu projeto de "ressurreição da vida integral, não nas suas superfícies, mas nas suas estruturas anteriores e profundas", distingue também dois tipos de historiadores: o cronista e o artista. Enquanto o primeiro anula-se em sua escrita, o segundo acrescenta-lhe um pouco de si: "se há aí uma falha, devemos reconhecer que ela nos ajuda. O historiador desprovido, que, ao escrever, procura apagar-se, não existir, seguir por trás da crônica contemporânea, não é, de maneira alguma, um historiador" (MICHELET 2002). Ao contrário do cronista, o artista é capaz de compaixão: "ter muitas chamas para reaquecer as cinzas arrefecidas há tanto tempo, era o primeiro ponto, não sem perigo. Mas o segundo, talvez o mais perigoso, era o de estar em íntimas ligações com esses mortos ressuscitados, quem sabe, ser enfim um deles" (MICHELET 2002, p. 339). Em resumo, a verdadeira história é uma potente química moral, "na qual as minhas paixões individuais transformam-se em generalidades, na qual minhas generalidades tornam-se paixões, na qual meus povos transformam-se em mim; na qual o meu eu volta a animar os povos"

<sup>1</sup> Todas essas perguntas, que concernem ao problema de identificação, do julgamento moral acerca do passado, e da politização da pesquisa, atravessaram o *Historikerstreit*, que irrompeu na Alemanha em 1986.

(MICHELET 2002, p. 172). A ambição de Michelet de voltar a animar os homens do passado retorna sem cessar. Recentemente, foi retomada por Alain Corbin, na medida em que ele espera “trocar o trabalho dos tratores de hoje pela obra nos cemitérios de campo” (CORBIN 1998, p. 9).

## II.

Nas primeiras décadas do século XIX, o grande historiador alemão Leopold von Ranke, autor de uma célebre *Histoire de la papauté* (1834-1836) e diretor da *Historisch-Politische Zeitschrift*, propõe outra concepção para o trabalho do historiador. Para conservar sua autonomia científica, a história deve visar à verdade nua, sem embelezamentos e sem ornamentos. Em 1824, no prefácio do seu primeiro livro, *Geschichten der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1514*, apresenta uma formulação geral do problema: “Atribuiu-se à história a missão de julgar o passado e de informar o presente em benefício do futuro. Nosso ensaio não tem pretensões tão altas; deseja somente mostrar como o passado realmente ocorreu (*wie es eigentlich gewesen*)” (RANKE 1867-1890, t. 33, p. VII).<sup>2</sup>

Essa frase, com frequência mal interpretada e citada sem que seja contextualizada, é muito complexa. O termo *eigentlich* pode ser traduzido como *efetivamente*, ou seja, permite o entendimento de que o historiador deve apenas descrever os fatos. Contudo, também pode ser traduzido por *essencialmente* ou *realmente*. Se esse for o caso, implica a compreensão de que o historiador deve apreender a realidade profunda, a qual é subjacente aos fatos. De qualquer maneira, Ranke está se opondo à ideia segundo a qual o historiador deveria incitar seu leitor a amar o bem (GILBERT 1990). Embora essa visão tenha sido defendida por inúmeros historiadores, sobretudo, nos séculos precedentes, Ranke visa a criticar dois autores em particular: Niccolò Machiavelli, interessado na história para estabelecer regras políticas para o futuro, e Friedrich Christoph Schlosser, um historiador alemão, autor de uma célebre história universal, *Weltgeschichte in zusammenhängender Darstellung* (SCHLOSSER 1815-1941).

Contra a ideia de que a história tenha uma visão moral, Ranke sublinha, por várias vezes, o valor da imparcialidade – o historiador não tem paixões. Assim, em um trabalho de maturidade, *Englische Geschichte*, declara:

Eu gostaria de apagar, de alguma forma, o meu eu e deixar somente as coisas falarem e fazer aparecer as forças poderosas que, surgidas e intensificadas, dirigiram-se uma contra a outra em uma luta sangrenta e terrível, mas que traziam em si a solução dos problemas mais essenciais do mundo europeu (RANKE 2002, t. II, p. 3).<sup>3</sup>

<sup>2</sup> No original: “Man hat der Historie das Amt, die Vergangenheit zu richten, die Mitwelt zum Nutzen zukünftiger Jahre zu belehren, beigemessen: so hohoe Aemter unterwindt sich gegenwärtiger Versuch nicht: er will blos zeigen *wie es eigentlich gewesen*” (RANKE 1867-90, t. 33, p. VII).

<sup>3</sup> No original : Ich wünschte mein Selbst gleichsam auszulöschen, und nur die Dinge reden, die mächtig Kräfte erscheinen zu lassen, die im Lanfe der Jahrhunderte mit und durch einander entsprungen und erstarkt, nunmehr gegen einander aufstanden und im einen Kampf gerieten, der, indemerer sich in blutigen und schrecklichen Schlägen enttud, zugleich für die Wichtigsten Fragen der europäischen Welt eine Entscheidung in sich trug (RANKE 2002, t. II, p. 3).

Esse trabalho de arrefecimento do eu conduz à ruptura clara entre o presente e o passado. A história só nasce para uma época quando está completamente morta. Além de sublinhar a distância temporal, recomenda que o passado não seja assimilado ao presente, que se evitem os julgamentos e que se proíba tirar do passado ensinamentos para o futuro.

Acontece frequentemente que analogias fugazes induzam ao erro o historiador que tem a intenção de continuar em contato com o presente, bem como o político que insiste em se prender ao passado. A musa da história tem o horizonte mais vasto e toda a aptidão em afirmar e em manter sua opinião, mas manifesta, no seu trabalho, uma consciência cuidadosa ao extremo, e ela parece ciumenta de sua missão. Introduzir, no trabalho histórico, preocupações que pertencem ao presente tem, geralmente, como consequência entrar o livre desenvolvimento desse trabalho (RANKE 2002, t. I, p. XI).<sup>4</sup>

Livre da subjetividade do pesquisador, a história pode, enfim, aspirar a se constituir em um saber seguro, estável e definitivo. Em resumo, um patrimônio para sempre.

250

A ideia de que o historiador deve arrefecer o passado, tratá-lo de forma impessoal, propagou-se, sobretudo na França, nas últimas décadas do século XIX. Numa Fustel de Coulanges, talvez o mais metódico dos historiadores franceses (segundo a definição de Seignobos), retoma a questão em diversas ocasiões. Na sua aula inaugural, na Universidade de Estrasburgo, em 1867, recomenda combater a tentação “de levar para o estudo do passado nossas ideias, nossos sentimentos, nossas preferências” (HARTOG 2001, p. 354). Ele repetirá tal argumentação em sucessivos estudos: a história não é uma arte, também não é um tipo de anexo da moral, e o historiador deve cultivar a imparcialidade, o distanciamento, o estilo impessoal. Como ele especifica em 1875, a preocupação com o passado só pode ser exclusiva. Ela implica, asceticamente, a renúncia ao presente, o esquecimento, mais completo possível, das questões atuais:

não é que se possa exigir dele que, no seu íntimo, seja desprovido de opiniões pessoais, sem nenhum tipo de preferências, sem crenças, sem patriotismos. Mas é necessário que ele tenha bastante força de espírito e bastante independência em relação a si mesmo para que, no momento do seu trabalho, no momento em que procura a verdade histórica, aja como se não tivesse nem opinião política, nem crenças pessoais, nem mesmo patriotismo (HARTOG 2001, p. 360).<sup>5</sup>

Na *Introduction aux études historiques*, obra de referência da escola metódica, Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos não fazem da história uma ciência amalgamada às ciências da natureza.

A ciência – afirmam – é um conhecimento objetivo fundado sobre a análise, a síntese e a comparação reais. A percepção direta dos objetos guia o sábio, ditando-lhe questões a serem formuladas [...] em história,

<sup>4</sup> N.T. Citação em francês no original.

<sup>5</sup> Essa questão reside no centro de suas divergências com Gabriel Monod, em 1887.

não vemos nada de real, a não ser o papel escrito [...]. A análise histórica não é mais real do que a percepção dos fatos históricos. Ela só é um procedimento abstrato (LANGLOIS; SEIGNOBOS 1898, p. 185).

É um conhecimento indireto, que permite alcançar, não o fenômeno em si, mas apenas seus traços.

Fatos que não vimos, descritos em termos que não nos permitem representá-los exatamente, eis os dados da história [...] a história é, necessariamente, uma ciência subjetiva. Seria ilegítimo estender a essa análise intelectual de impressões subjetivas as regras de análise real de objetos reais. A história deve, pois, proteger-se da tentação de imitar as ciências biológicas (LANGLOIS; SEIGNOBOS 1898, p. 179).

Todavia, para que exista o conhecimento do passado, o historiador deve desaparecer, tornar-se neutro. Em resumo, como comentou, recentemente, Christophe Prochasson,

o historiador republicano, quando se manifesta, é um especialista: não é jamais um autor: [sic] A profissionalização da história, no fim do século XIX, e o regime universitário que selaram o seu desenvolvimento correspondem a uma contenção do sujeito que discorre. O discurso do historiador é, doravante, o do distante, do ausente, talvez, o do morto (PROCHASSON 2002, p. 210-211).

### III.

O “nobre sonho da objetividade” seduziu gerações inteiras de historiadores (NOVICK 1988). No entanto, foi frequentemente prejudicado pelas ondas de ceticismo. Uma das maiores objeções concerne ao peso do presente: o historiador não é jamais um sujeito desinteressado, e, além disso, o seu olhar metamorfoseia o passado. Em 1897, o medievalista belga Henri Pirenne distingue entre a crítica histórica e a *história-erudição*, visando à descoberta dos fatos, e a *história-narrativa*, que se propõe a reconstruir o passado na sua realidade viva. Esta, que, para ele, é a única história verdadeira, seria sempre alimentada pelas inquietudes do seu tempo. Enquanto o olhar do astrônomo, do físico ou do químico continua sempre calmo e frio, já que estudam fenômenos alheios à sociedade, o historiador deve compreender e contar os acontecimentos cujos realizadores são homens como ele. Por essa razão, a objetividade completa é-lhe proibida.

[...] qualquer coisa que ele faça, o espírito público do seu tempo reage sobre ele. [...] Sua maneira de considerar a história é imposta ao historiador pelo seu tempo. O ponto de vista no qual se situa não é determinado, como *nas ciências*, pelo estado do desenvolvimento dos conhecimentos, mas pelo estado de civilização do público ao qual se dirige e ao qual ele mesmo pertence. [...]. Cada época refaz sua história, transpõe-na, de certa forma, em um tom que lhe é apropriado. [...]. O historiador é dominado, sem perceber, pelas ideias religiosas, filosóficas, políticas que circulam ao seu redor (PIRENNE 1897, p. 51-52).

Trinta anos depois, nos Estados Unidos, o historiador vinculado à história econômica, Charles Beard, retoma essa questão. Em uma conferência na *American Historical Association*, relembra que, para Benedetto Croce, a história surge diretamente da vida: só uma preocupação da vida presente pode levar-nos a fazer pesquisas sobre um fato do passado. Em seguida, sublinha que o historiador pertence ao presente. Cada historiador é o produto de sua época e sua obra reflete o espírito do seu tempo, de sua nação, de sua raça e do seu grupo social.

Hoje, nenhum estudante acredita verdadeiramente que [os textos] de Bossuet, de Gibbon, de Mommsen ou de Bancroft poderiam ser reescritos da mesma maneira. Cada estudante de história sabe que, na seleção e na disposição da documentação, seus colegas tinham sido influenciados por suas preferências, seus preconceitos, suas crenças, suas emoções, sua educação geral, assim como por sua experiência, em particular, social e econômica (BEARD 1933, p. 229).

Depois de ter percebido que mesmo a neutralidade é uma expressão política, cita o exemplo de Ranke, que escrevia depois da convulsão e da experiência da Revolução Francesa. Como todos os conservadores do seu tempo, estava cansado da história impregnada pela política ou escrita sob uma perspectiva de propaganda.

252

As classes dirigentes, às quais pertencia, tinham obtido, com o tratado de 1815, uma trégua e desejavam a paz para consolidar sua posição. Uma escrita acerca da história fria, factual, aparentemente desprovida das paixões do tempo servia perfeitamente à causa daqueles que não queriam ser colocados em discussão (BEARD 1933, p. 229-230).

O célebre historiador da cultura Arthur O. Lovejoy, fundador do *Journal of the History of Ideas*, partilha dessa opinião: “a pesquisa do historiador é sempre, nas suas intenções, instrumental à satisfação presente – ou, mais precisamente, futura – de ter uma resposta provável para a questão histórica” (LOVEJOY 1939, p. 477).

Para além das suas diferenças, a visão do conhecimento histórico proposta por Pirenne e Beard parece marcada pela lógica do pertencimento temporal – o indivíduo pertence à sua época. Trata-se de um pertencimento completo sobre o modo da crença e da adesão indefectível. Como escreveu Jacques Rancière, “A forma do tempo é idêntica à própria forma da crença [...]. Reunir em seu tempo quer dizer assemelhar-se sobre o modo da crença, ou seja, não o conhecer. Ser feito de tempo é ser feito de ignorância” (RANCIÈRE 1996, p. 6). Por muito tempo, essa lógica de pertencimento temporal assegurou a posição de verdade do discurso do historiador: ela representou um meio para transformar a realidade viva, logo, movediça e instável do passado em um objeto fixo. Mas, sobretudo, no caso de Beard, ela termina por deslegitimar o trabalho do historiador. Poderíamos dizer que, ao invés de aprisionar o passado, ela aprisiona o historiador. É ele quem é prisioneiro do seu tempo – como pode ele escapar do presente para conhecer o passado?

Nas últimas décadas, essa ideia foi retomada pelos partidários da virada linguística, o *Linguistic Turn*. Além de sublinhar os aspectos retóricos da escrita histórica, de definir a história como um gênero específico da ficção narrativa, de avaliar segundo os critérios da crítica literária, historiadores, sobretudo nos países anglo-saxões, sustentaram que, longe de remeter ao passado, a narração histórica é apenas uma projeção do pesquisador. Como afirmou o historiador inglês Keith Jenkins, cada ato de compreensão é sempre uma construção, uma autorreferência – “is always ultimately self-referencing” (JENKINS 1995, p. 83). E ele está sempre “posicionado”. O passado é concebido como um espelho capaz de refletir apenas os traços daquele que nele se olha, mas os traços daquele que se olha não têm nada de pessoal. O pesquisador não é nada além do produto de suas inscrições sociais: classe social, área cultural, gênero etc. Por seu lado, o historiador californiano Sande Cohen leva ao extremo a dimensão ideológica do discurso histórico e chega até a negar a possibilidade da interpretação, seja pelos historiadores, seja pelos leitores. A conclusão só pode ser muito obscura.

A teoria ou a história crítica busca modificar as regras da escrita da história, até ao ponto de se perguntar *se vale ainda a pena* escrever a história. É difícil de dizer, [...] mas, após 2.500 anos de deformações produzidas pelos historiadores, [...] os quais transformaram [a ideia de pensar] *após os acontecimentos (after the factness)* em um *recurso* para o controle do futuro, chegou o tempo de considerar a possibilidade de parar o jogo. Sem história, a saber, o caminho da barbárie, não é? (COHEN; LOTRINGER 2001, p. 192).

253

#### IV.

É possível evitar a alternativa entre objetivismo puro e subjetivismo radical? Ou, mais exatamente, entre um impossível objetivismo e um falso subjetivismo? Ao longo de todo o século XIX, os historiadores sublinharam a impossibilidade e mesmo o absurdo de se ter a intenção de apagar a dimensão subjetiva da pesquisa. É o caso de Johann Gustav Droysen, autor da *Histoire d'Alexandre le Grand* (1833) e da *Histoire de l'hellénisme* (1836-43). Na ocasião de seu curso sobre o método histórico (*Historik*), ministrado dezoito vezes entre 1857 e 1882, na presença de seus estudantes de Iena e de Berlim, explicou a sua discordância com Ranke e outros historiadores alemães partidários do método crítico. Ele lembrou que nós não podemos nem explicar nem mesmo atingir os fatos puros: “o fato que nós denominamos batalha, congresso ou concílio, grande tratado de paz não é de forma alguma um fato, mas, antes, uma abstração pela qual a consideração humana resume uma quantidade de fatos” (DROYSEN 1977, p. 114).

Persuadido de que a originalidade e a originalidade<sup>6</sup> coincidem, Ranke tinha atribuído à história a tarefa de reencontrar a experiência primeira – a objetividade do fato – dissolvendo os estratos sucessivos acumulados no decorrer do tempo. Crítico em relação a essa concepção ingênua e limitada

<sup>6</sup> Nota do revisor: no original *originarité*. No que diz respeito ao campo da filosofia, essa palavra deve ser compreendida como um estado daquilo que está na origem.

do fato histórico, Droysen observa que o caráter original de sua fonte não é, obrigatoriamente, uma garantia de verdade, a tal ponto que as falsas histórias podem se tornar testemunhos extremamente preciosos: “a crítica [...] torna, em certo sentido, novamente autêntico o que foi reconhecido como sendo não autêntico, ou seja, que lhe atribui o lugar, as relações que lhe pertencem e no seio das quais ele assume toda a sua significação autêntica” (DROYSEN 1977, p. 127). Apesar da sua importância, a crítica das fontes não constitui, pois, a essência da pesquisa histórica: “Trata-se do aspecto em que eu me afasto, conscientemente, do método em voga, hoje, entre os meus confrades: eles o qualificam de método crítico, ao passo que eu coloco em primeiro plano a interpretação” (DROYSEN 1977, p. 11). Na realidade, o material histórico é sempre, ao mesmo tempo, muito rico e muito lacunar:

[...] se fossem colocados juntos todos os *documentos* que podem ser encontrados, todos os tratados e as correspondências da época napoleônica, não se obteria nem mesmo uma imagem fotograficamente correta dessa época; o que se encontra nos arquivos não é a história, mas são os negócios do Estado e da administração em sua extensão desoladora, os quais são incapazes de reconstituir a história, tal como algumas manchas de cores sobre uma paleta não fazem um quadro (DROYSEN 1977, p. 21).<sup>7</sup>

254

O argumento mais forte de que os fragmentos do passado sobreviveram em virtude de seu valor e de seu significado é uma ilusão, pois os próprios processos de conservação são extremamente aleatórios. Também não podemos contentar-nos em compreender a documentação; é necessário pensarmos *a partir da* documentação (TAINÉ 1885).<sup>8</sup>

Nessa perspectiva, Droysen também afasta a ideia de pesquisa objetiva, na qual apenas vê uma banalidade que leva ao engano.

[...] só o que é desprovido de pensamento é efetivamente objetivo. A partir do momento em que o pensamento humano toca e envolve as coisas, elas deixam de ser objetivas. [...] Aqueles que veem, na tarefa suprema do historiador, o fato de não acrescentar nada de pessoal, mas de simplesmente dar a palavra aos fatos, não se dão conta de que os fatos não falam a não ser pela voz daqueles que os conceberam e os compreenderam” (DROYSEN 1977, p. 218).

O historiador não deve apagar sua subjetividade como queria Ranke. Ele deve aprender a reconhecê-la e a transformá-la em uma fonte de conhecimento. Ele deve, sobretudo, descobrir a historicidade do seu eu.

[...] o conteúdo do nosso eu é alguma coisa que é recebida (*Empfangenes*), que chegou até nós, que é nosso sem o ser. Assim, nós não somos ainda

<sup>7</sup> Ranke opõe o elemento singular às abstrações da filosofia da história. Mas contesta os historiadores que consideram a história como “uma enorme confusão de fatos” e sublinha que o historiador parte do elemento singular para chegar a uma “visão geral dos acontecimentos, ao conhecimento da conexão que existe objetivamente entre eles” (RANKE 1888, p. VII-IX).

<sup>8</sup> Hippolyte Taine se exprime em termos similares quando compara o documento histórico a uma concha fóssil, simples meio que serve apenas para retornar à totalidade viva.



livres em relação ao nosso saber; ele nos possui mais do que nós o possuímos. É apenas tomando consciência de que nós somos, de alguma forma, mediados (*vermittelt*), que nós o separamos de nós mesmos. Desde então, nós começamos a ser livres em nós mesmos e a dispor do que era imediatamente o nosso conteúdo. Eis um grande resultado do nosso desenvolvimento interior (DROYSEN 1977, p. 106-107).

Esse trabalho de conhecimento de si representa, pois, um trabalho de libertação temporal, uma maneira de quebrar os muros da época. No estudo do passado, existe um momento arbitrário inicial, ligado à sensibilidade pessoal do historiador. Mas a questão é apenas o preâmbulo; vem, em seguida, a procura. E é justamente nesse momento, em que ele se encontra em uma posição de mal-estar, sob a superfície, que o historiador tem a possibilidade de verificar a pertinência da questão colocada, de corrigi-la e, por que não, de encontrar outra coisa pela qual não esperava.

Já tínhamos isso e aquilo. Atualmente, é como se não tivéssemos mais nada. É necessário partir novamente do zero, é necessário recomeçar tudo desde o início. Procurando o material, verificando-o, interpretando-o, reelaboramos o pensamento e, à medida que se desenvolve, purificando-se, cada vez mais, distingue-se em toda a sua riqueza e se transforma. Arriscamo-nos mesmo a perdê-lo [...]. Muitos se esgotam na tarefa, perdem-se nas vias transversas, lançam-se em direção a novas possibilidades, prospectam mais em extensão do que em profundidade (DROYSEN 1977, p. 106-107).

Nas décadas seguintes, dois outros historiadores alemães, Eduard Meyer e Friedrich Meinecke, sublinharam que o passado não é um patrimônio perdido que deva ser recuperado, mas uma herança viva, uma força, uma energia geradora de sentidos. Isso significa que, longe de ser um saber independente das paixões do momento, como pensava Ranke, a história é uma forma de pensamento aberta, que modifica, sem cessar, a hierarquia dos fenômenos.

255

[...] a obra histórica mais significativa do passado [...] não pode jamais satisfazer inteiramente o presente: todos os momentos presentes apresentam outras questões em relação àquelas das gerações precedentes, pois consideram outros fatores como determinantes (MEYER 1910, p. 48).

É nessa perspectiva que o valor da subjetividade do pesquisador é colocado em evidência. Não só o historiador não pode apagar a sua personalidade, mas não deve mesmo procurar fazê-lo, pois renunciaria a uma fonte fundamental de conhecimento. Tucídides foi um grande historiador, pois conferiu a sua obra uma dimensão objetiva graças aos recursos da arte subjetiva. Reconhecendo o papel da subjetividade e do presente, Meyer e Meinecke não acreditam que o vínculo com a atualidade é indissolúvel. Obviamente, o historiador tende a projetar as vicissitudes da atualidade, mas não é, inevitavelmente, um adepto fiel do seu tempo. Como dirá, anos depois, Siegfried Kracauer, a viagem ao passado “não é apenas uma viagem de ida e de volta” (KRACAUER 2006): quando o historiador volta do passado, não é mais o mesmo, ele mudou suas possibilidades de pensar.

**V.**

Parece-me que a reflexão de Paul Ricœur permite-nos enriquecer, de maneira fundamental, essa quarta perspectiva.<sup>9</sup> Já em 1952, ele amplia as noções de objetividade e de subjetividade. Ele nos diz que não existe uma objetividade única e unívoca: “há tantos níveis de objetividade quanto comportamentos metódicos. Esperamos, pois, que a história acrescente uma nova província ao império variado da objetividade” (RICOEUR 1967, p. 23-24). Ora, a objetividade da história não é uma postura ou um resultado, mas uma aspiração. Isso conduz a dois elementos. Primeiramente, sua natureza mutante: “A objetividade da história está ligada ao movimento: a história a faz ao se fazer” (RICOEUR 1967, p. 23-24). Em seguida, o reconhecimento dos seus limites: sempre incompleto, o conhecimento histórico fundamenta-se sobre a renúncia em coincidir com a realidade passada. Ricœur voltará a esse ponto nos anos seguintes.

No *Temps et récit*, define o passado como o *contraposto* ao qual o conhecimento histórico esforça-se por corresponder de maneira apropriada.

Através do documento e por meio da prova documental, o historiador é submetido *ao que, um dia, foi*. Ele tem uma *dívida* em relação ao passado, uma dívida de reconhecimento em relação aos mortos que fazem dele um devedor insolvente (RICOEUR 1983-1985, t. III, p. 253).

256

No entanto, precisamente porque a história persegue um projeto de objetividade, ela pode revelar, como um problema específico, a questão dos limites da objetividade. Por essa razão, toda visão ingênua do conceito de “realidade”, aplicada ao fato de ter sido do passado, é recusada: “o *ter-sido* é um problema na medida exata em que não é observável, quer se trate do ter sido do acontecimento ou do ter sido do testemunho” (RICOEUR 1983-1985, t. III, p. 285).

Ricœur parece rever sua posição em *La mémoire, l’histoire, l’oubli*, quando sustenta que, ao contrário da memória coletiva, a história é caracterizada por sua postura objetiva (RICOEUR 2000, p. 239-274). Mas, eu creio que, mais uma vez, ele está sublinhando a ambição veritativa da história (o fato de que ela visa a representar *em verdade* o passado). Donde a necessidade de reconhecer os limites ligados ao saber histórico, particularmente seu limite interno, dizendo respeito à correlação entre o projeto de verdade e a componente interpretativa da operação historiográfica. Longe de representar uma fase da operação historiográfica, a interpretação toca todo o desenvolvimento dessa operação. Assim, Ricœur procura superar a oposição entre a história objetiva e a história subjetiva para sublinhar a importância de uma boa subjetividade: primeiramente, o historiador procura esclarecer os significados obscuros, em seguida, deve admitir um grau inevitável de controvérsia e dotar a interpretação de argumentos plausíveis, enfim, deve aceitar a existência de um fundo impenetrável e opaco (RICOEUR 2000, p. 440-444).

Da mesma forma que não existe uma única objetividade, também não existe uma única subjetividade. No seu texto *Objectivité et subjectivité en histoire*, publicado, novamente, em *Histoire et vérité*, afirma:

<sup>9</sup> Daniel Creutz já notou as relações existentes entre a reflexão de Droysen e a de Ricœur. Ver CREUTZ, 2007.

Essa espera implica em uma outra: nós esperamos do historiador uma certa qualidade de *subjetividade*, [...] uma subjetividade que seja precisamente apropriada à objetividade que convém à história. Nós pressentimos, conseqüentemente, que existe uma boa e uma má subjetividade (RICOEUR 2000, p. 24).

Mas, como distinguir a boa subjetividade da má? Por seu componente dialógico. Ela é marcada, essencialmente, pela sua abertura ao outro e ao inesperado. A história

é movimentada tanto por uma vontade de conhecimento quanto por uma vontade de *explicação*. O historiador vai aos homens do passado com sua experiência humana própria. O momento em que a subjetividade do historiador toma um relevo surpreendente é aquele no qual, para além de toda cronologia crítica, a história faz surgir os valores de vida dos homens de outrora. Essa evocação dos valores [...] não é possível sem que o historiador seja, vitalmente, 'interessado' nesses valores e tenha com ela uma afinidade profunda (RICOEUR 2000, p. 31).

Como Ricœur especifica, o historiador só encontra o outro (um outro de outrora) na imaginação.

Ora, essa transferência para um outro presente, que valoriza o tipo de objetividade da história, é bem uma espécie de *imaginação*; uma imaginação temporal se desejarmos, já que um outro presente é re-apresentado, re-portado no fundo da 'distância temporal', - 'outrora' (RICOEUR 2000, p. 30).

257

De qualquer maneira, esse trabalho de imaginação implica uma descentralização em relação a si próprio. Assim, Ricœur distingue um eu de *pesquisa* de um eu *patético*, à deriva, "o eu dos ressentimentos, dos ódios, das acusações". Com uma atualização previdente – se pensarmos que o texto foi escrito em um período marcado pelas paixões políticas – ele especifica que o eu *patético* não é, necessariamente, o engajado, o qual fulmina:

pode ser também a aparente 'apatia' da hiper crítica, que denigre toda a grandeza reputada e deprecia todos os valores que ela encontra; essa cólera intelectual pertence ao eu patético da mesma forma que a paixão política desviada do combate político contemporâneo e reportada ao passado (RICOEUR 2000, p. 34).

No rastro de Ricœur, poderíamos dizer que o eu do historiador não é uma substância, dada *a priori*, mas uma aspiração ou mesmo *um lugar de trabalho*. Para desenvolver uma "boa subjetividade", o historiador deve renunciar aos sonhos de ressurreição do passado, aceitar que vive em um terceiro lugar, o qual não coincide nem com o presente, nem com o passado, e reconhecer que a contemporaneidade não é uma condição, um estado, mas uma experiência, inacabada e inacabável, de redução da alteridade.

## Referências bibliográficas

- FERRY, L. *et al.* **Devant l'histoire**: les documents de la controverse sur la singularité de l'extermination des juifs par le régime nazi. Paris: Ed. du Cerf, 1988.
- BOUCHINDHOMME, C. *et al.* **Temps et récit de Paul Ricœur en débat**: entretiens. Paris: Ed. du Cerf, 1990.
- BEARD, C. Written History as an Act of Faith, **American Historical Review**, v. 39, n. 2, Dez., 1933, p. 219-231.
- CARLYLE, T. Sur l'histoire. In : \_\_\_\_\_. **Essais choisis de critique et de morale**. Paris: Société du Mercure de France, 1907.
- CARLYLE, T. **Love letters of Thomas Carlyle and Jane Welsh**. Tomo III. Ed. par Alexander Carlyle. Londres; New York: John Lane, 1909.
- COHEN, S.; LOTRINGER, S. **French theory in America**. London; New York: Routledge, 2001.
- CORBIN, A. **Le monde retrouvé de Louis-François Pinagot**: sur les traces d'un inconnu (1798-1876). Paris: Flammarion, 1998.
- CREUTZ, D. **Théorie critique de l'histoire selon Droysen et Ricœur**: exposé au séminaire doctoral du Fonds Ricœur. [Paris]: novembre 2007.
- CROCE, B. **Théorie et histoire de l'historiographie**. Paris: Éditions Dalloz, 1968.
- 258 DILTHEY, W. Psychologie descriptive et analytique. In : \_\_\_\_\_. **Le monde de l'esprit**. Paris: Aubier, 1947.
- DROYSEN, J. G. **Historik**. Die Vorlesungen von 1857, hrgs. von P. Leyh. Stuttgart: Bad Canstatt, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Historie d'Alexander le Grand**. Paris: Complexe, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Histoire de l'hellénisme**. [Paris]: Editions Jérôme Millon, 2005.
- GILBERT, F. **History**: Politics or Culture? Reflections on Ranke and Burckhardt. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- HARTOG, F. **Le XIX<sup>e</sup> siècle et l'histoire**: le cas Fustel de Coulanges (1988). Paris: Editions du Seuil, 2001.
- JENKINS, K. **On "What is History?"**. From Carr and Elton to Rorty and White. London-New York: Routledge, 1995.
- KRACAUER, S. **L'histoire des avant-dernières choses**. Paris: Stock, 2006.
- LANGLOIS, C. V; SEIGNOBOS, Charles. **Introduction aux études historiques**. Paris: Hachette, 1898.
- LORIGA, S. **Le petit X**: de la biographie à l'histoire. Paris: Seuil, 2010.
- LOVEJOY, A. Present Standpoints and Past History, **Journal of Philosophy**, v. 36, n. 18, august, 1939, p. 477-489.

- MEYER, E. Zur Theorie und Methodik der Geschichte. In: \_\_\_\_\_. **Kleine Schriften zur Geschichtstheorie und zur Wirtschaftlichen und politischen Geschichte des Altertums**. Halle: Verlag Max Niemeyer, 1910.
- MICHELET, J. Préface de L'Histoire de France. In: GAUCHET, M. (org.). **Philosophie des sciences historiques**: le moment romantique. Textes réunis et présentés par Marcel Gauchet. Paris: Editions du Seuil, 2002.
- NOVICK, P. **That noble dream**: the "objectivity question" and the American historical profession. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- PIRENNE, H. Une polémique historique en Allemagne, **Revue Historique**, n. 54, 1897, p. 50-57.
- PROCHASSON, C. Les jeux du « je »: aperçus sur la subjectivité de l'historien, **Sociétés & Représentations**, v. 1, n. 13 (Jan. 2002) p. 207-226.
- RANCIERE, J. Le concept d'anachronisme et la vérité de l'historien, **L'inactuel**, n. 6, 1996, p. 53-68.
- RANKE, L. **Englische Geschichte, vornehmlich im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert (1859-1869)**. Berlin: Duncker und Humblot, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Geschichten der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1514**. T. 33. Leipzig: Duncker & Humblot, 1867-1890.
- \_\_\_\_\_. **Über die Epochen der neuen Geschichte**. München-Wien: R. Oldenbourg Verlag, 1971.
- \_\_\_\_\_. Vorlesungseinleitungen. In: DOTTERWEICH, V. e FUCHS, W. P. (dir.). **Aus Werk und Nachlass**. T. IV. München: Wien, 1975.
- \_\_\_\_\_. Vorwort. In: \_\_\_\_\_. **Weltgeschichte**. Leipzig : s/e, 1888.
- RICŒUR, P. Objectivité et subjectivité en histoire. In: \_\_\_\_\_. **Histoire et vérité**. Paris: Éditions du Seuil, 1967.
- \_\_\_\_\_. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Soi-même comme un autre**. Paris: Éditions du Seuil, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Temps et récit, l'oubli**. T. III. Paris: Éditions du Seuil, 1983-1985.
- SCHLOSSER, F. C. **Weltgeschichte in zusammenhängender Darstellung**. S/I: s/e, 1815-1841.
- TAINÉ, H. **Histoire de la littérature anglaise**. Paris: Hachette, 1885.